



Yves Herman/Reuters

EUROPA

Governo prepara ações para ter mais portugueses na Comissão Europeia

Representação portuguesa está um terço abaixo do que devia e pode cair ainda mais, com reformas. Governo elegeu esta como uma das prioridades da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

O Governo está preocupado com a erosão da representação portuguesa nas instituições da União Europeia (UE), que está cerca de um terço abaixo do que devia e numa situação com tendência a agravar-se, nos próximos anos, devido a reformas. Por isso, elegeu esta como uma das prioridades da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, que na nova orgânica passou a estar sob a alçada do primeiro-ministro, António Costa.

Segundo dados da própria Comissão Europeia, datados de janeiro de 2021, Portugal encontra-se numa situação de “sub-representação significativa”, porque, de acordo com as métricas utilizadas pelos serviços em Bruxelas – que incluem a população de cada país, entre outros –, tem uma representatividade de 2,1% dos funcionários nas instituições europeias, quando essa deveria ser de 3,1%. Ou seja, a representação portuguesa nas instituições da Comissão

Europeia está 32,2% abaixo da taxa de referência e os estados-membros são identificados como estando em “sub-representação significativa” quando esta está mais de 20% abaixo do valor considerado como justo.



Tiago Antunes
Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Além de Portugal, encontram-se nesta situação mais quatro dos 27 estados-membros da UE.

Pela primeira vez, Portugal não tem um diretor-geral na estrutura da Comissão Europeia, num quadro que tem 34 direções-gerais.

“Aumentar esta representação é uma questão de justiça. Trata-se de um elemento crucial para tornar Portugal mais determinante no processo de construção europeia”, afirma o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Tiago Antunes, ao Jornal Económico. “Os funcionários da Comissão não defendem interesses dos Estados-membros, mas do conjunto europeu, no entanto, a nacionalidade não é irrelevante, porque há sensibilidade e abertura para o que são as realidades nacionais, o que torna a questão importante”, acrescenta.

A situação de Portugal tem tendência para se agravar com a saída de funcionários portugueses dos quadros das instituições, órgãos e organismos da UE. Portugal assinou o tratado de adesão à então Comunidade Económica Europeia

a 12 de junho de 1985, passando a ser membro de facto a partir de 1 de janeiro de 1986. Os primeiros concursos em que participaram cidadãos portugueses, numa ótica de representatividade, datam dessa altura, tendo já passado 36 anos, pelo que, os primeiros a integrar as estruturas estão já ou à beira da reforma.

Plano de ação para Portugal nas prioridades de Bruxelas

Neste quadro, foi definido como prioridade garantir uma representação equitativa e equilibrada de Portugal na UE, para que este não se torne num “problema de sub-representação crónica”.

No quadro da nova estratégia da Comissão Europeia para os recursos humanos, foram identificados os Estados-membros que deveriam ser sujeitos a um plano de ação para aumentar a sua representatividade. Um plano de ação para Portugal não estava na primeira linha de ação, mas uma das primeiras ações de Tiago Antunes com a pasta dos Assuntos Europeus foi, no final de abril, reunir-se com o comissário europeu Johannes Hahn, responsável pelo Orçamento e pelos Recursos Humanos da Comissão Europeia, a quem sinalizou a situação de Portugal, e, segundo a secretaria de Estado, no encontro, foi consensualizada a necessidade de trabalhar conjuntamente num plano nacional de ação para corrigir o défice de representação português.

Antunes encontrou-se com funcionários da representação portuguesa permanente em Bruxelas, mas também organizou um pequeno-almoço com diretores portugueses das instituições europeias, para ouvir contributos para a definição de uma estratégia para combater a sub-representação e sugestões para as ações a serem tomadas. Ao mesmo tempo, começaram a ser agendadas reuniões de trabalho com responsáveis pelos recursos humanos europeus.

Para já, o plano de ação passa pela maior divulgação das oportunidades de emprego abertas nas instituições, órgãos e organismos da UE. Depois, estão a ser pensadas ações de formação para os portugueses que participem nos concursos gerais de acesso aos quadros. O Governo considera que Portugal não tem um baixo número de candidaturas, mas sim que o seu sucesso é mais reduzido do que o esperado, o que pode dever-se ao tipo de testes de acesso que são ministrados, diferentes dos que são feitos em Portugal, o que pode justificar ações de formação.

Pretende-se, também, apoiar quem for fazer formação no Colégio da Europa, um instituto universitário independente de estudos europeus de pós-graduação, com o campus principal em Bruges, na Bélgica, que é considerado uma antecâmara para a Comissão Europeia.

Os verdadeiros planos de ação e os objetivos serão fixados mais à frente, na sequência do trabalho que está a ser feito. ■